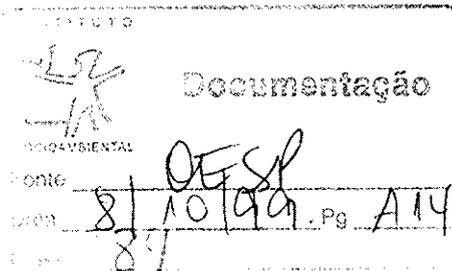


PF investiga Hidrovia Araguaia-Tocantins



Denunciada fraude no Relatório de Impacto do Meio Ambiente

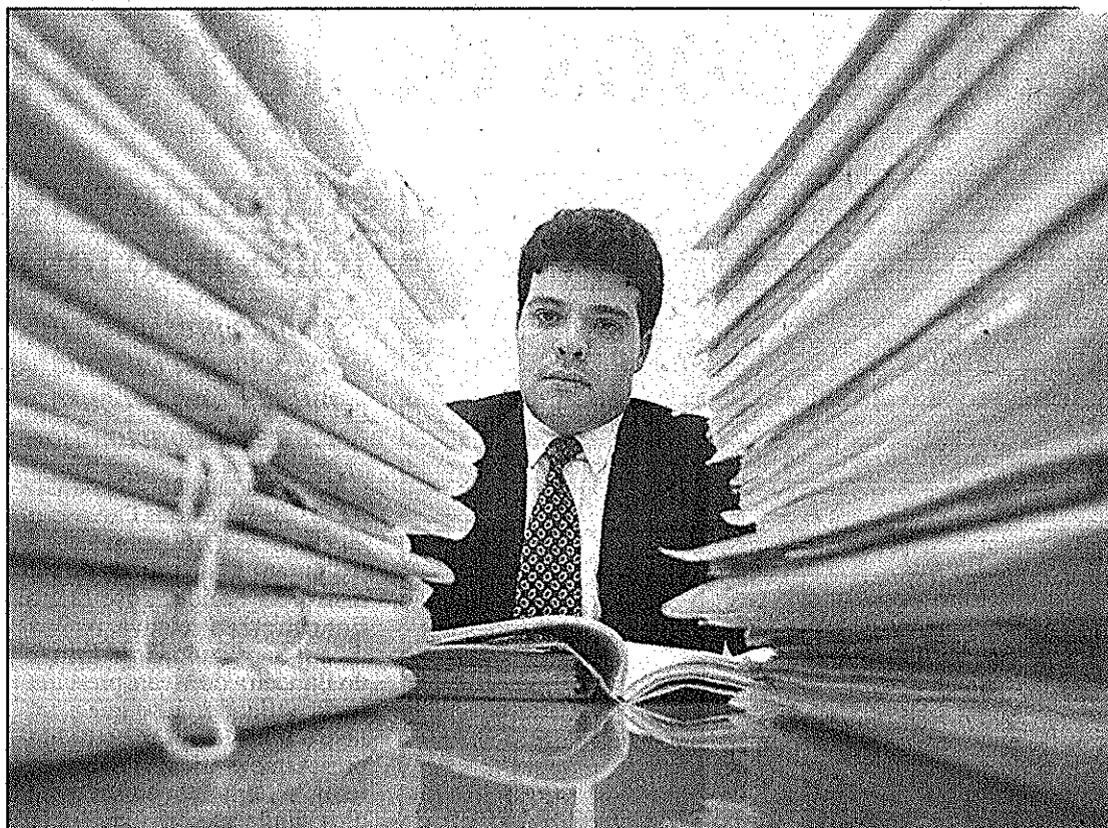
EDSON LUIZ
e NELSON FRANCISCO

BRASÍLIA – A Polícia Federal abriu inquérito para apurar supostas fraudes detectadas na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima) da Hidrovia Araguaia-Tocantins. A Procuradoria da República no Tocantins também deve entrar com uma ação penal contra a Companhia Docas do Pará, acusada de ser a responsável pelas irregularidades.

Segundo o procurador da República no Tocantins, Mário Lúcio de Avelar, inicialmente será processada somente a empresa Docas do Pará, mas a medida poderá atingir funcionários. “Durante as investigações, que estão sendo feitas pela PF, iremos verificar se há outras responsabilidades”, afirma Avelar.

Denúncia – Tanto a ação penal quanto o inquérito policial surgiram depois que quatro dos sete antropólogos que participaram da elaboração do EIA-Rima denunciaram fraudes no documento. Segundo o procurador, eles afirmaram que algumas informações citadas no Rima foram suprimidas.

“Eram informações que apontavam os danos que a hidrovia poderia causar ao meio ambiente”, afirma Avelar. Ele explica que o Ministério Público entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal, conseguindo uma liminar para suspender as audiências públicas que estavam sendo realizadas para discutir o Rima.



Procurador Mário de Avelar: inicialmente empresa será processada, mas medida pode atingir funcionários

O juiz federal Clodomir Sebastião Reis, de Imperatriz (MA), onde a liminar foi impetrada, confirmou que o relatório oferecia riscos. “Há veementes indícios de que o estudo antropológico foi mutilado de forma que a conclusão do trabalho redundou drasticamente comprometida”, afirmou Reis ao conceder a medida.

Suspeita – O EIA-Rima foi elaborado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa (Fadesp), ligada à Universidade Federal do Pará e contratada pela Administração da Hidrovia Araguaia-Tocantins (Ahitar), vinculada à Companhia Docas do Pa-

rá. “Vamos verificar qual o papel de cada uma das instituições neste processo todo”, afirma Avelar.

O licenciamento ambiental começou em 1997, quando a Ahitar submeteu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) um primeiro estudo de impacto ambiental. Entretanto, conforme o procurador, o estudo foi rejeitado por todos, por ser superficial. Por isso, foi requerida a suspensão das audiências públicas.

Segundo o Comitê Pró-Hidrovia Tocantins-Araguaia, a partir do dia 26, as audiências serão retomadas em Estreito (MA) e prosseguirão

em Pedro Afonso (TO), Conceição do Araguaia (PA), Água Boa (MT) e Luiz Alves (GO), roteiro que já estava programado antes da liminar impetrada pelo Ministério Público.

O Ministério dos Transportes deverá, segundo o comitê, contratar uma consultoria jurídica para enfrentar novos processos. “As investidas do MP demonstraram um claro objetivo de retardar e tentar desmoralizar o processo de licenciamento ambiental da hidrovia”, informa o comitê, por meio de nota. “Somente munidos de tal assessoria, a Companhia Docas do Pará e o Ibama terão condições de realizar as audiências, seguros de que liminares e outros instrumentos retardatários do processo serão prontamente rebatidos e derrubados”, conclui a nota.

AUDIÊNCIAS
SERÃO
RETOMADAS
DIA 26